



Por um movimento independente e em defesa do Software Livre

Tese ao 8o. Congresso da UEE-SP

UNELivre. Esse movimento surgiu da cabeça maluca de dois ex-diretores da Executiva Nacional dos Estudantes de Computação (ENEC) no último CONUNE. O objetivo era colocar a defesa do Software Livre e do livre acesso a informação como uma das bandeiras prioritárias da UNE. Nós propomos a criação e conseguimos assumir a primeira gestão da nova Diretoria de Inclusão Digital. Durante toda essa gestão, o ME de todo o país começou a ter consciência de que esse tema é horizontal e tem a ver com o aprendizado e a com a carreira de todas as áreas. Apesar disso, esse é um debate que ainda está engatinhando no ME. E nós estamos aqui para trazer novos temas e chamar os estudantes de todo país e os delegados ao 50o. CONUNE a defender esse ideal.

Software Livre: mais que uma opção, um direito do estudante

- A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito;
- A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades. Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade;
- A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa beneficiar o próximo;
- A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie. Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade.

Para começar: um programa de computador será um Software Livre livre se todos os seus usuários tiverem as quatro liberdades citadas acima. Notem que os quatro itens acima não fazem nenhuma referência a custos ou preços. O fato de se cobrar ou não pela distribuição ou de a licença de uso do software ser ou ser não gratuita não implica diretamente o software ser livre ou não. Nada impede que uma cópia adquirida por alguém seja revendida, tenha sido modificada ou não por esta pessoa. Para que essas liberdades sejam reais, elas têm que ser irrevogáveis. Caso o desenvolvedor do software tenha o poder de revogar a licença, o software não é livre.

Por que usar Software Livre?

Para uma melhor compreensão dos motivos que cercam os usuários de Software Livre, vale lembrar a forma como ele surgiu e o que representa para a sociedade no contexto atual. O Software Livre surgiu baseado no conceito de liberdade, no qual as pessoas têm o direito garantido às quatro liberdades já mencionadas. Na visão filosófica do Software Livre, a liberdade não é um direito individual, mas um direito coletivo e por isso deve ser mantido e passado de pessoa para pessoa. Além disso, a premissa de qualquer projeto de Software Livre é a colaboração entre as pessoas interessadas, sem concentração de poder ou qualquer outro artifício que venha a ferir as liberdades já mencionadas. Existe uma infinidade de opções para os mais diversos tipos de programas de computador, quando a opção é utilizar somente software livre. E todo dia são lançadas novas versões e novos softwares. Defendemos:

- **Utilização de software livre em todos os cursos de graduação e garantia do direito a escolha pelo tipo de software a ser utilizado pelo estudante durante o seu aprendizado.**
- **Criação de uma Diretoria de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na UEE-SP**
- **Participação da UEE-SP como entidade co-organizadora do Congresso Internacional de SL.**

Open Document Format – O Documento Livre

Em fins de 2004 ocorreu uma grande tragédia na Ásia, com um *tsunami* destruindo regiões costeiras e matando centenas de milhares de pessoas. Logo após a tragédia, equipes internacionais de resgate acorreram. Entretanto, sua ação foi prejudicada por um problema tecnológico: muitos dos formatos dos arquivos que precisavam ser trocados entre estas equipes não eram compatíveis entre si e conseqüentemente muito tempo e vidas humanas foram perdidas. O que aconteceu? Devido ao padrão de fato dos formatos dos arquivos de texto ou planilhas manuseados pelas suítes de escritório ser fechada (proprietária) e haver uma relação direta entre este formato do arquivo e o software, tornou-se muito difícil trocar-se arquivos entre softwares diferentes (como entre um Word e um WordPerfect) ou mesmo entre versões antigas e mais novas do mesmo software (como entre um Word XP e um Word 6).

De forma a acomodar os recursos que cada editor de textos desenvolvia, as empresas criaram não apenas programas mas, principalmente, formatos de arquivos. Formatos fechados que são protegidos por licenças de uso que acabaram com uma das principais características dos documentos como os conhecemos: a liberdade para copiá-los. O pior aconteceu quando documentos públicos passaram a ser distribuídos em formatos eletrônicos fechados. Corremos o risco de voltarmos à idade média, a um tempo onde somente aqueles com recursos financeiros, pois eram escritos em Latim, podem ter acesso aos atos e documentos da vida pública. A diferença é que hoje, ao invés do Latim, temos o MSOffice. Chegamos a um ponto onde concursos públicos passaram a exigir e testar conhecimentos de programas fechados.

É necessário promover um novo renascimento. É necessário uma proposta que passe pela criação de um padrão de documento aberto, que não imponha restrições de licenciamento, que não seja definido em formato binário (não aprisione o usuário a um determinado software ou plataforma), que suporte as funcionalidades atuais e futuras da tecnologia dos processadores de texto, planilhas e apresentações, bem como seja armazenado em forma compactada (poupar espaço) e seja de ampla aceitação pela indústria e pelo mercado. É neste contexto que o **ODF, o OpenDocument Format**, se apresenta.

Com mais de 20 produtos suportando o formato e com mais se juntando à lista a cada dia, o ODF se apresenta como o melhor padrão para o armazenamento e distribuição de documentos eletrônicos. A adoção do ODF como padrão ISO somente reforça a sua relevância. Diversos governos já acordaram para a importância da adoção do ODF como formato de distribuição de documentos públicos. Propomos:

- **Utilização de formatos de arquivos abertos na publicação de trabalhos acadêmicos, dentre eles, incentivo a adoção do ODF como formato padrão para o meio acadêmico. Contra a exigência do envio de artigos/teses “em formato .doc, fonte Times, espaçamento duplo...”**

TV Digital: um debate muito além dos padrões

No debate sobre as normas da TV Digital continuam em aberto os padrões que deverão ser seguidos pelo **middleware**, ou seja, o software que vai controlar o set-up box e que será responsável pela interatividade da TV Digital. Esses padrões podem ser inclusivos ou exclusivos.

Se o software for livre, qualquer desenvolvedor ou produtor de qualquer comunidade terá condições de desenvolver aplicações(e por tabela programas de TV em formato digital), pois com o código aberto, não será necessário utilizar um formato ou um padrão pré-definido pelas grandes emissoras. **Se o software for proprietário e fechado, o controle da TV Digital fica consolidado na mão das grandes emissoras e das empresas de conteúdo**, como os grandes estúdios e portais de internet. Com o software da TV Digital fechado, a manutenção do monopólio das grandes empresas fica muito mais fácil, pois com os softwares de desenvolvimento de interfaces custando valores absurdos, a exclusão das entidades e comunidades menos favorecidas se dá automaticamente.

- **Flexibilização do regime de direitos autorais, valorizando o artista e o autor, garantindo a possibilidade de cópias integrais para uso privado e combatendo mecanismos anti-cópias, como DRM e o broadcast flag que são travas tecnológicas usadas para controlar e impedir o acesso e a cópia de mídias e arquivos digitais**

UEE-SP.net: A tecnologia como aliada do Movimento Estudantil

A Comunicação na UEE-SP é um tema complicado. Se para a UNE, existe uma grande dificuldade de falar com o movimento estudantil de todo o país, nas UEEs, isso deveria ser mais fácil. Deveria, mas não é. Para a UEE-SP falta um cadastro acessível de entidades e de toda a rede do movimento estudantil de São Paulo. Mais do que isso, as próprias universidades públicas de São Paulo tem deficiências em seus cadastros de entidades, como é o caso da USP e da UNESP. Para começar uma ação organizada no ME de São Paulo é preciso colocar a rede do movimento estudantil **na rede!**

Para isso, já está disponível nesse congresso um Cadastro Estadual de Estudantes e Entidades, que estará a disposição da nova diretoria da UEE-SP, como uma contribuição do Movimento UNELivre. Esperamos que seja útil e bem aproveitada e convidamos você a fazer o cadastro como estudante e também um pré-cadastro do seu CA, DA, DCE, Atlética, Empresa Jr. ou Executiva Estadual.

Para a UNE, propomos o Wiki da UNE que é um serviço gratuito de hospedagem de sites, para todas as entidades estudantis brasileiras. Mais do que isso, trata-se de um servidor que poderá trabalhar utilizando a tecnologia livre Wiki, utilizada pela Wikipedia e que é baseada na construção colaborativa de conteúdo. Aliado a esse serviço, o servidor da UNE vai oferecer um sistema de email e um sistema de gerenciamento de listas de emails para cada entidade.

Movimento Estudantil nos cursos à distância

Durante os debates relativos ao regimento do 50o. CONUNE, uma pergunta difícil foi lançada: alunos de cursos regulares de graduação à distância votam e são votáveis ao CONUNE? Essa pergunta causou calafrios em alguns militantes e chegamos até ao absurdo de ter coordenadores de forças políticas que participam da UNE defendendo que esses estudantes não devem nem participar do movimento estudantil, muito menos votar e serem votados para o Congresso da UNE. Com um quadro como esse, chegamos a um fato inquestionável: já passou da hora de o ME definir a sua posição sobre o tema e, além disso, qual vai ser a postura do movimento estudantil em relação a esses estudantes.

Polo Estudantil Acadêmico (PEA): a entidade representativa dos estudantes à distância

Para refletir a realidade dos Polos Presenciais, a representação estudantil deve também ser organizada em torno dos polos, e não somente em torno do curso ou da universidade do estudante. O PEA nada mais é do que o DCE do Polo Presencial. Que pode contar com “n” cursos de “x” universidades diferentes. Será uma representação estudantil localizada, mas que fará a interface dos estudantes com as coordenações de todos os cursos ali presentes, especialmente com a prefeitura da cidade, que é a responsável pelo Polo Presencial.

Nesse cenário, propomos que a UNE e as UEEs devem incentivar a criação de PEAs como entidades de representação dos estudantes de ensino à distância, especialmente dentro dos cursos do UAB. Outro debate se dá em relação à eleição de delegados dos cursos à distância. Essa definição pode sair neste congresso, mas para ampliar esse debate, sugerimos para o final deste ano a realização de um **Conselho Estadual de Entidades (CEE)**, com participação de todos CAs, DAs, DCEs e Executivas de SP. Até por se tratar de um setor que será cada vez mais representativo no movimento estudantil, vemos como uma evolução natural a criação de uma **Diretoria de Ensino à Distância na Executiva da UEE** e em todas entidades gerais.

UEEs em defesa do meio-passe livre

Saindo um pouco fora da esfera tecnológica, o Movimento UNELivre vem defendendo uma proposta dentro das UEEs que vai de encontro com uma necessidade e um problema sério dos estudantes que fazem faculdade fora de sua cidade natal: **o passe intermunicipal rodoviário**. Diante disso, escrevemos um projeto de lei que regulamenta dentro do estado os seguintes pontos:

- *Meia-passage livre para qualquer estudante em qualquer trajeto rodoviário dentro do estado, mediante apresentação de identificação estudantil válida **diretamente no guichê da empresa** de ônibus e **sem necessidade de cadastro prévio** na empresa de ônibus.*

- Venda de meia-passagem nos **365 dias** do ano, sem restrição ao período de férias
- Cálculo do valor de **50%** da passagem em relação ao valor total cobrado. Em SP, o valor do passe desconta pedágios e taxas de embarque. Com isso, o valor do passe sai por cerca de 60% do valor total.
- Direito a meia-passagem em todas empresas de ônibus urbanos das regiões metropolitanas. É o caso de estudantes que moram em um município, estudam em município vizinho e o ônibus do município que ele mora não dá direito ao passe, somente o município da faculdade.

CEE no final de 2007: para organizar a rede paulista

Desde 2004 não ocorre um Conselho Estadual de Entidades (CEE). O CEE é um fórum da UEE-SP que reúne todos os DCEs, DAs, CAs e Executivas Estaduais. Diante dos problemas de comunicação e organização da rede paulista do movimento estudantil, como a inexistência de um DCE em faculdades como UNESP e na PUC, a expansão das universidades federais, com 4 novos campi da UNIFESP, o campus Sorocaba da UFSCar e a criação da UFABC, além é claro dos fatos ocorridos na USP é fundamental que a UEE-SP tome frente desse movimento e atue como entidade facilitadora dos movimentos. Isso sem contar os mais de 300 CAs e DAs fundados nas particulares de SP em 2006.

Por conta disso, propomos para o final de 2007 a realização de um CEE com pautas:

- Organização da rede paulista do movimento estudantil
- Regulação da participação do movimento estudantil dos cursos à distância
- Organização da Campanha contra o aumento das mensalidades 2007

Principais Propostas

- ➡ Campanha pelo direito a utilização de Software Livre em todos cursos universitários
- ➡ Defesa do Open Document ([ODF](#)) como formato padrão para trabalhos acadêmicos
- ➡ Defesa do Creative Commons como licença padrão para disponibilização de trabalhos acadêmicos
- ➡ Utilização do Wiki na organização do movimento estudantil
- ➡ Implementação imediata de um WIKI para a UEE
- ➡ Exigir do governo para que na regulamentação da TV Digital conste a exigência de que o software utilizado nos setup-boxes seja totalmente livre
- ➡ Criação de uma Diretoria de Ensino à Distância na Executiva da UEE
- ➡ Criação de uma Diretoria de Universidades Públicas **Federais** na Executiva da UEE
- ➡ Que a UEE defenda uma Regulamentação imediata do Ensino à Distância no país
- ➡ Que a UEE incentive a criação dos Polos Estudantis Acadêmicos (PEAs) como entidades representativas dos estudantes dos Pólos Presenciais de Ensino à Distância
- ➡ Que a UEE reconheça os PEAs como **entidades gerais** de representação de estudantes de diferentes cursos, de diferentes universidades, situados em um mesmo Pólo Presencial.
- ➡ Que a UEE reconheça como **entidade de base** os centros e diretórios acadêmicos de estudantes de diferentes cursos, mas da mesma universidade, situados em um mesmo Pólo Presencial.
- ➡ Direitos iguais para os alunos de EAD no que diz respeito a: assistência estudantil, passe estudantil, participação em conselhos, direito a voz e voto nos fóruns e eleições dos DCEs das universidades que oferecem o seu curso.
- ➡ Realização de uma Caravana da UEE pelos Pólos de EAD do Universidade Aberta do Brasil em 2008, com o objetivo de incentivar a formação de um movimento estudantil organizado nos cursos à distância
- ➡ Desenvolvimento de um site para UEE somente utilizando Software Livre
- ➡ Disponibilização de documentos exclusivamente em formatos abertos no site da UEE
- ➡ Disponibilização de um Sistema de Emissão de Carteiras da UNE em Software Livre. Retirada imediata do sistema atual que exige a compra de softwares proprietários para funcionar.
- ➡ Maior comprometimento dos diretores da UEE e mais rapidez na indicação pelas chapas
- ➡ Mais espaço para as Universidades Federais de São Paulo na UEE

Veja a versão completa no Wiki da Tese UNELivre:

www.une.wiki.br Contato: leandro@une.org.br